

Peso da economia subterrânea dobra no Brasil em 2007

Atividade irregular representa 40,23% das riquezas do País, diz economista austríaco

RICARDO REGO MONTEIRO
RIO

O peso econômico das atividades ilícitas praticamente duplicou no Brasil entre 1995 e o ano passado. Pelo menos é o que conclui um levantamento produzido pelo economista austríaco Friedrich Schneider, da Universidade de Linz, que comparou o nível de informalidade da economia brasileira com outros 20 países da América Latina.

Criador de uma metodologia de cálculo que mede a importância da chamada economia subterrânea para um país, Schneider revela que, se a atividade irregular produzia o equivalente a 20,71% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em 1995, em 2007 tornou-se responsável pelo equivalente a 40,23% do total de riquezas.

A boa notícia é que, desde 2004, quando chegou a 42,60% do PIB, o peso da atividade ilícita tem diminuído no País, na esteira

da retomada de índices mais vigorosos de crescimento. Para este ano, as projeções de Schneider indicam uma queda para o equivalente a 39,42% do PIB. O crescimento, de acordo com o austríaco, permitiu a incorporação de parte do contingente trabalhador à economia formal.

Schneider participou ontem, no Rio, com o economista italiano Vito Tanzi, do seminário Economia subterrânea: causas e consequências, promovido pelo Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (Etco). Na ocasião, afirmou que, por maior que seja o crescimento do País nos próximos anos, o Brasil só reduzirá o peso da informalidade aos níveis de 1995 se promover reformas institucionais que assegurem maior dinamismo à economia brasileira. Entre as quais, a tributária e do regime de Previdência Social.

Tanto Schneider quanto Tanzi fizeram questão de definir, antes do seminário, a diferença entre economia informal e subterrânea. A primeira, segundo Schneider, inclui atividades não regulamentadas pelo estado, mas que não envolvem necessa-

riamente práticas criminais, como no caso da economia subterrânea. Em um ranking de 21 países da América Latina, elaborado pelo próprio Schneider, o Brasil ocupava, em 2005 e 2006, a 11ª colocação entre os mais informais, atrás do Paraguai e do Chile, Costa Rica e Argentina — os três com economias mais formalizadas.

Consultor do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e um dos mais respeitados economistas do mundo, Tanzi atribui a informalidade a uma série de fatores como alta carga tributária, regulamentação excessiva da economia, grande número de proibições e índices significativos de corrupção.

“Se o Imposto de Renda for muito alto, por exemplo, muitas pessoas acabam estimuladas a sonegar e a recorrer ao mercado negro”, afirmou o economista italiano, ao citar, como exemplo, o relato de um ministro finlandês que, ao pagar pela prestação de um serviço em sua residência, ouviu do contratado a proposta de desconto de 30% no preço, se não fosse emitida uma nota fiscal. “Já os impostos sobre

a seguridade social também representam um grande incentivo à economia subterrânea, uma vez que, em muitos países, chegam a representar até 50% do custo de um funcionário.”

Tanzi também enumerou os diversos efeitos da atividade produtiva irregular para a economia de um país. Além da falta de isonomia na aplicação das regras fiscais — uma vez que o sonegador sempre leva vantagem sobre quem paga impostos —, o economista citou distorções sobre os mercados e a competitividade como seqüelas para a sociedade. O estado, no entanto, também sofre com o aumento da sonegação mas, ao contrário dos cidadãos, pode aumentar as alíquotas dos tributos para compensar as quedas de arrecadação.

“Mesmo os indicadores econômicos do país também sofrem indiretamente com os efeitos da informalidade, uma vez que o fenômeno produz frequentemente a distorção de indicadores como o PIB, desemprego e produtividade”, adverte o economista, ao lembrar que tais distorções podem levar a políticas econômicas equivocadas.